



Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas

Ata

Reunião de 9 de março 2018

Aos nove dias do mês de março de dois mil e dezoito, pelas onze horas e trinta minutos, reuniu o Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas, adiante designado CONCIG, nas instalações do Alto Comissariado para as Migrações, adiante designado ACM, sitas na Rua Álvaro Coutinho n.º 14, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1 – Informações Gerais e Principais Atividades do Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas.-----

2 – Apresentação da Proposta de Revisão da ENICC, pelo CESIS.-----

3 – Outros assuntos. -----

Presidiu à reunião o Senhor Alto-comissário para as Migrações, Dr. Pedro Calado, adiante designado Alto-comissário, que nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013, de 27 de março, preside ao CONCIG. A secretariar o Alto-comissário esteve o Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas (NACI), composto por Marisa Horta, coordenadora, Andreia Santos, Berill Baranyai e Francisco Azul. -----

Estiveram presentes os membros do CONCIG constantes da lista de presenças em anexo (Anexo I). -----

Antes de se iniciar o primeiro ponto da ordem de trabalhos, foi dada posse pelo Alto-comissário a dois conselheiros: Major Paulo Poiares em representação do Ministério da Administração Interna - Comando Operacional da Guarda Nacional Republicana e Emanuel Pratas Ribeiro, representante das associações representativas das Comunidades Ciganas (na sequência do pedido de substituição efetuado pela Letras Nómadas- Associação de Investigação e Dinamização das Comunidades Ciganas).-----

Após a tomada de posse dos novos conselheiros, o Alto-comissário iniciou a reunião, questionando se algum conselheiro tinha algo a acrescentar referente à ata da última reunião do CONCIG, realizada em setembro e previamente enviada por email. Não havendo nada a acrescentar, a ata da reunião anterior foi dada como aprovada.-----

No âmbito do primeiro ponto, que tinha como objetivo prestar informações gerais e informar os conselheiros sobre as principais atividades do NACI, o Alto-comissário, começou por prestar informação sobre a avaliação externa do Fundo de Apoio à Estratégia Nacional (FAPE) que foi efetuada pelo Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS) e cujo relatório final é público e encontra-se disponível no site do ACM.



Segundo o estudo de avaliação externa (cujas conclusões foram distribuídas aos conselheiros), é feita referência ao facto do FAPE ser efetivamente o único fundo de apoio para comunidades ciganas, e que, não obstante a sua importância, o mesmo pode ainda ser aperfeiçoado, sobretudo se forem tidas em conta as seguintes recomendações:-

1. Mais tempo de execução;-----
2. Maior financiamento por projeto;-----;
3. Maior dotação financeira global disponível;-----
4. Valorização dos projetos em parceria com as comunidades ciganas-----;

O Alto-comissário informou os conselheiros que as recomendações já foram tidas em conta na 3ª edição do FAPE 2018/2019 onde há projetos de natureza regular e contínua, podendo os projetos ir até 18 meses de duração e com possibilidade de financiamento até 25.000 euros. Informou que continuarão a existir projetos pontuais que irão ser financiados com financiamentos até 5.000 euros. O Alto-comissário lembrou ainda que foram aprovadas 18 candidaturas num total de 38 candidaturas apresentadas, cuja assinatura de protocolos decorreu a 30 de janeiro. Em relação ao orçamento disponível, informou ainda, que esta nova edição do FAPE já sofreu um aumento, passando de 100.000€ da segunda edição para 250.000€ Nesta sequência, e ainda relativamente às candidaturas aprovadas, foi referido pelo Alto-comissário que as mesmas têm como principais objetivos o combate à discriminação, a promoção do diálogo e a divulgação da cultura cigana, entre outros. A título de exemplo, o Alto-comissário referiu uma entidade que terá como objetivo dar a conhecer as comunidades ciganas através da dinamização de um programa de rádio. Outro projeto referenciado foi o “Ciga e Segue”, neste caso pela circunstância da entidade ser financiada através deste fundo desde a primeira edição.-----

Ainda no primeiro ponto da ordem de trabalhos, o Alto-comissário realçou a importância do Programa Operacional Para a Promoção da Educação- OPRE lembrando a apresentação efetuada na reunião anterior do CONCIG, que tendo origem na sociedade civil através da Letras Nómadas- Associação de Investigação e Dinamização das Comunidades Ciganas em parceria com outras associações, neste momento é uma política pública de apoio a estudantes ciganos no ensino superior, financiada pelo ACM através do Programa Escolhas. Segundo o Alto-comissário, face ao sucesso do ano passado, cuja taxa de sucesso rondou os 70%, este ano a iniciativa voltou a ser implementada e conta com a participação de 32 pessoas, número superior ao de participantes do ano anterior.-----

Ainda sobre OPRE o Alto-comissário enquadrando metodologicamente o que ocorre nos encontros residências, e deu conta do encontro que os participantes tiveram com o Sr. Presidente da República, no Palácio de Belém, em dezembro do ano de 2017.-----



Continuando no ponto número um da ordem de trabalho, o Alto-comissário proferiu algumas informações sobre o Programa de Apoio ao Associativismo Cigano (PAAC). A 1ª edição do PAAC, em 2017, apoiou 6 associações ciganas e nesta 2ª edição foram lançados os resultados provisórios mas ainda sujeitos à audiência prévia, prevendo-se a assinatura dos protocolos no início de abril.-----

Ainda relativamente ao primeiro ponto, foi dito pelo Alto-comissário que a nova coordenadora do OBCIG é a professora Maria José Casa-Nova e que nesse sentido o trabalho do OBCIG será retomado, uma vez que o plano de atividades e regulamento do observatório já foram igualmente aprovados.-----

O Alto-comissário informou os conselheiros que nos dias 22 e 23 de novembro o ACM esteve presente no EU Roma Network, que aconteceu no Porto, salientado que esta reunião ocorreu em Portugal, devido em grande parte ao impulso dado pelo ACM, numa organização conjunta com o POISE. O Alto-comissário explicou ainda que nesta rede são discutidos todos os fundos macros promovidos pela Comissão Europeia em matéria de inclusão das comunidades ciganas. Salientou que neste encontro, no Porto, foi muito importante a presença do POISE, uma vez que o objetivo é que no próximo quadro comunitário a área das comunidades ciganas cresça ainda mais, sendo que com o apoio deste fundo o processo será certamente mais rápido. -----

No âmbito do primeiro ponto da ordem de trabalhos, deu-se ainda nota da Conferência “Educação e comunidades ciganas”, iniciativa promovida pela Direção Geral da Educação (DGE), em parceria com o ACM, no Barreiro, em novembro passado.-----

O Alto-comissário explicou ainda que a equipa do NACI tem tido um papel bastante ativo ao nível escolar e municipal, sendo cada vez mais os pedidos de reuniões com estas entidades, exemplificado com os recentes encontros com os municípios de Beja, Mourão e Borba, salientando que nestes encontros com estes municípios estiveram também presentes a Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, bem como o Alto-comissário. O Alto-comissário frisou que os municípios referidos contactaram o ACM no sentido de perceber quais as soluções para os problemas existentes naqueles locais. Além disso, e para além de outras reuniões com outros municípios, a equipa do NACI esteve presente na auscultação da Secretária de Estado da Habitação às comunidades ciganas no âmbito do Programa Primeiro Direito.-----

Relativamente ao tornado que assolou um acampamento em Faro e que destruiu algumas barracas, deixando desalojadas cerca de 100 pessoas, foi dito pelo Alto-comissário que o ACM esteve desde o primeiro momento, através do Programa Escolhas, em contato permanente com as pessoas afectadas, ocorrendo inclusive uma visita da coordenadora do NACI ao pavilhão onde as pessoas estão instaladas. Além disso o ACM sabe que já existem contatos entre o município e as entidades que podem



resolver o problema, tendo esta articulação sido realizada discretamente para não comprometer as negociações.-----

Um outro caso abordado pelo Alto-comissário foi a situação de uma comunidade cigana na Vidigueira que alegadamente foi despejada de um acampamento sem qualquer aviso prévio e sem alternativa habitacional. Sobre o caso, o Alto-comissário revelou que pediu uma reunião junto do município, mas que ainda não obteve resposta. Este disse ainda que a situação acontece numa autarquia que no passado tinha tido comportamentos considerados graves para com estas comunidades e que a situação só foi ultrapassada após negociações bastante tensas, mas que ainda assim obteve-se uma solução bastante positiva. Com esta situação, porém, deu-se, na sua opinião, de novo um retrocesso. Outro caso abordado pelo Alto-comissário, foi o facto de uma escola de Famalicão ter nas suas instalações apenas crianças ciganas. Neste caso, segundo o Alto-comissário, o ACM fez diligências junto da DGE e lembrou o comunicado do CONCIG de 2014. Em resposta, a diretora da escola disse que a situação deve-se ao contexto onde a escola se insere.-----

Exposto o primeiro ponto, o Alto-comissário passou a palavra aos conselheiros, tendo tomado a palavra o conselheiro Mário Wilson Serrano que na sua intervenção afirmou que a situação em Faro é urgente e que portanto queria saber quem foi mobilizado para ir ao local, que ajuda deram e que esforços foram feitos para se encontrar uma solução de médio e longo prazo.-----

Tomando a palavra a Conselheira Isabel Rodrigues, referiu a importância da criação da Secretaria de Estado da Habitação, sendo que também realçou que o IHRU conseguiu mapear todos os concelhos sobre as questões de vulnerabilidade habitacional. Com este mapeamento a conselheira diz que percebe-se que em Portugal existe carência habitacional e que o estudo será a base para a elaboração do programa Primeiro Direito, que tem como objetivo assegurar resposta de alojamento para os casos mais graves. Ainda sobre as questões habitacionais a conselheira referiu que está a ser elaborado um programa com objetivo de prever alojamento em casos urgentes.-----

O conselheiro Eugénio Fonseca na sua intervenção transmitiu a ideia de que, como o município da Vidigueira é recorrente neste tipo de caso, no seu ponto de vista, a autarquia, assim como as entidades locais, estão a ir ao encontro daquilo que é a opinião pública das pessoas que residem naquela vila e o que pensam sobre as pessoas ciganas. A conselheira Maria José Casa-Nova, tomou também a palavra e na sua opinião julga que a situação na Vidigueira é uma calamidade, pois a situação ocorreu faz duas semanas e estas famílias ainda não encontraram uma solução. Além disso, a seu ver,



como o município da Vidigueira é reincidente neste tipo de comportamentos a conselheira é da opinião de que o CONCIG deve tomar uma atitude. -----
Tomou depois a palavra a conselheira Maria do Rosário Carneiro que na sua intervenção começou por dizer que estava de acordo com as palavras da conselheira Maria José Casa-Nova. Acrescentou ainda que, o facto de não se saber ainda quem é o responsável pelo ocorrido, transmite a ideia de que podemos violar os direitos fundamentais das pessoas e que isso não pode acontecer num país civilizado. Portanto, a Conselheira Maria do Rosário Carneiro, está de acordo em relação à tomada de uma posição pública por parte do CONCIG. Na continuação da sua intervenção, a conselheira deixou o seu apreço em relação ao relatório do CESIS sobre o FAPE, pois na opinião da conselheira esta avaliação depois de plasmada nas próximas edições FAPE conduzirá a uma maior rentabilidade dos projetos. -----
Exposta a intervenção da conselheira Maria do Rosário Carneiro, tomou da palavra o conselheiro Almerindo Lima para voltar ao assunto da Vidigueira e para solicitar alguns esclarecimentos. O primeiro dos quais, era saber de quem partiu a ordem para destruir o acampamento, pois daquilo que o conselheiro sabe, a ideia partiu, não do município, mas da Guarda Nacional Republicana. O conselheiro Almerindo Lima, ainda sobre este caso, referiu o vídeo postado nas redes sociais por parte de um dos elementos da comunidade cigana, no qual se percebe que as pessoas ciganas pedem socorro. Perante estes factos, o conselheiro perguntou ao CONCIG para que serve a constituição da República Portuguesa, se as entidades que deveriam proteger, são as que fazem mal às pessoas. Por fim, o conselheiro referiu também que este município, já é reincidente e que não há respostas para aquelas pessoas. Continuando a sua intervenção, o conselheiro Almerindo Lima falou também sobre a situação que ocorreu em Faro, dizendo que as associações ciganas, bem como alguns jovens ativistas ciganos, encontram-se bastantes desagradados com o que se passou, tendo mesmo lido um comunicado assinado (em anexo à presente ata) por várias associações ciganas. Após a leitura do comunicado este informou que posteriormente remeteria o comunicado para todos os presentes na reunião. O conselheiro disse que as associações ciganas esperavam mais do ACM, mas que ainda assim confiam e querem continuar o bom trabalho até aqui realizado mas que por vezes o sentimento é que as associações sentem-se sozinhas nesta luta. Por último, o conselheiro na sua intervenção mencionou o caso do Vale de Santarém, referindo que existe um acampamento em que as pessoas ciganas que lá habitam receberam uma ordem de despejo que já findou, porém nenhuma entidade competente revelou alguma solução para colmatar o despejo que se irá suceder.-----



Tomando a palavra, o conselheiro Emanuel Pratas, colocou em discussão também o caso sucedido em Portimão. Este caso, explicou, é relativo à uma escola que segrega crianças ciganas, colocando-as à parte por exemplo na cantina, pelo que o conselheiro pretendia saber quais foram os procedimentos realizados pelo ACM/NACI neste caso. Não existindo mais nenhuma pergunta o Alto-comissário começou a responder às questões colocadas pelos conselheiros.-----

Começou por referir que no caso da Vidigueira entrou uma queixa na CICIDR contra o município, pois parece existir evidências de uma demolição de um acampamento com motivações étnicas. Daquilo que o ACM tinha conhecimento é que estas famílias encontram-se abrigadas temporariamente em casas de familiares. Tendo em conta o sucedido, o Alto-comissário considera pertinente a formulação de um comunicado do CONCIG que seja contra a persistência destas situações. Referiu novamente que já tinha sido enviado pelo ACM uma carta a pedir reunião com o município em questão, mas ainda sem resposta.-----

O Alto-comissário foi entretanto interrompido pelo conselheiro Mário Wilson Serrano que tomando a palavra questionou o Alto-comissário no sentido de perceber quem realizou a queixa junto da CICIDR no caso da Vidigueira. Em resposta o Alto-comissário disse que essa informação não podia ser revelada, mas explicou ainda que quando ninguém faz queixa o ACM poderá fazê-lo. Tomando de novo a palavra o conselheiro Mário Wilson Serrano indagou que competências tem a CICIDR. O Alto-comissário respondeu que as competências da CICIDR, são as que a lei lhe atribui, ou seja a CICIDR é o órgão que em Portugal tem capacidade de acordo com a lei para a instrução de queixas no domínio da discriminação étnica/racial. O Alto-comissário disse ainda que quando há motivações que configuram no artigo 240º do código penal, ou seja, quando é uma situação que revela um discurso de ódio ou alegada discriminação passa para as mãos do Ministério Público. No que diz respeito ao caso da Vidigueira, ter-se-á que fazer uma instrução do processo para ver se segue para o Ministério Público, ou caso contrário é instruído pela CICIDR.-----

Relativamente ao caso de Faro, o Alto-comissário explicou novamente aos conselheiros que desde domingo o ACM esteve no local representado pelo Programa Escolhas que têm pessoas que trabalham com as populações afetadas e com quem o ACM esteve desde a primeira hora em contacto. Exemplo disso foi a ida da coordenadora do NACI e da diretora do Programa Escolhas ao local. Por outro lado, explicou que este trabalho tem sido realizado com discrição. Esta ideia foi refutada pelo conselheiro Mário Wilson Serrano, que tomou a palavra para dizer que as associações deviam saber o que está a ser feito. O Alto-comissário respondeu que essas informações estão a ser dadas hoje e em primeira mão ao CONCIG. Acrescentou ainda que percebe a indignação das



associações mas que o ACM reporta aquilo que pode reportar, porque há uma articulação com a administração central e local que tem sempre envoltas questões relacionadas com as competências de cada um. O Alto-comissário referiu ainda que é preciso entender que o ACM não pode fazer o trabalho de ativismo e associativismo.---- Tomando a palavra o conselheiro Almerindo Lima disse que o ACM só foi ao terreno depois das associações tornarem público o seu comunicado, ao que o Alto-comissário respondeu dizendo que registou o comunicado das associações ciganas como ato de pressão simbólica e importante, mas que não esperem que o ACM torne públicas todas as suas diligências. No seguimento da abordagem deste assunto, a coordenadora do NACI que esteve no local afetado pelo tornado, tomou a palavra para prestar também algumas informações: constatou a importância que o ACM atribui à intervenção desde a primeira hora dos técnicos do Projeto Escolhas local, que são pessoas que conhecem as pessoas afetadas pelo tornado, que lidam com as mesmas diariamente e que não são pessoas estranhas à comunidade. Na sua opinião fez sentido, desde o primeiro momento, terem sido eles a apoiar as pessoas que estão naquela condição de especial vulnerabilidade. Na visita a coordenadora do NACI, teve oportunidade de falar com alguns técnicos da Câmara e foi referido que as refeições estão a ser fornecidas pela Santa Casa da Misericórdia e os colchões foram providenciados pela Câmara Municipal. Por outro lado, informou que foi possível à Câmara também facultar roupas às pessoas, que foram fornecidas pela Cruz Vermelha. Acrescentou ainda que, na conversa que teve com as pessoas afetadas pelo tornado, o maior receio dos mesmos é o de voltarem ao acampamento e serem de novamente atingidos por uma intempérie. Disse por último que as pessoas têm total liberdade para entrarem e saírem do pavilhão à hora que quiserem e que a equipa do Projeto Escolhas continua no Pavilhão a 100%, desenvolvendo diversas atividades no mesmo.-----

O Alto-comissário reforçou ainda que o ACM esteve em constante diálogo com a equipa que estava no terreno, e que ele próprio tinha articulado via gabinete da tutela para que se sucedam encontros com vista a uma resolução futura. -----

Continuando ainda a responder às questões dos conselheiros, o Alto-comissário disse que foi realizado um convite no dia 14 de fevereiro às associações ciganas para que participassem no grupo de trabalho dos censos 2021. Em resposta, o conselheiro Almerindo Lima disse que o convite só foi feito às associações que estão no CONCIG, afirmando que estas não representam todos os ciganos de Portugal. O Alto-comissário respondeu que o convite foi feito às associações que o ACM reconhece e que têm assento nos órgãos consultivos do Instituto (CONCIG e Conselho para as Migrações). O conselheiro Mário Wilson Serrano tomou a palavra e disse que parece ser o CESIS o órgão que representa os ciganos no grupo dos censos e que estão a fazer uma recolha de



dados sem tentarem perceber junto das associações e pessoas ciganas se o querem. O Alto-comissário informou que o CESIS não está a fazer o trabalho das associações ciganas e que o conselheiro encontrava-se a confundir. O Conselheiro Mário Wilson Serrano disse não entender como e por que é que existem associações não ciganas a falarem sobre comunidades ciganas e como é que são estas a representarem as comunidades ciganas. O Alto-comissário respondeu que por esse motivo é que se pretende que das quatro associações ciganas com assento no CONCIG seja eleita uma para integrar o grupo de trabalho sobre os censos, acrescentando mais uma vez que o ACM não tinha recebido qualquer resposta ao email enviado aos conselheiros nesse sentido e cujo prazo para resposta tinha sido o passado dia 26 de fevereiro. Segundo o conselheiro Mário Wilson Serrano, esse possível levantamento tem causado algum receio junto das pessoas ciganas. O Alto-comissário acrescentou que ainda nada está decidido e que as pessoas que fazem parte deste grupo são especialistas, são do INE e académicos e se os conselheiros representantes das comunidades ciganas no CONCIG quiserem ainda poderão ser incluídos no grupo de trabalho. Tomando a palavra, o conselheiro Almerindo Lima frisou, de novo, que as associações não responderam ao convite, uma vez que não se julgam porta-voz das comunidades ciganas portuguesas e por isso a sua opinião é de que a consulta devia ser alargada às pessoas ciganas e outras associações e não somente as associações com assento no CONCIG.-----

O Alto-comissário informou que tomava nota desse aspeto, mas essa situação deveria ter sido explicada antes, para se encontrar uma outra solução.-----.

Relativamente à pergunta colocada pelo conselheiro Emanuel Pratas relativamente a Portimão, o Alto-comissário explicou que foi realizada uma queixa, feita pelo próprio ACM, pois existiam indícios de alegada violência física. Esta transitou para o ministério público. Por outro lado, informou ainda que o ACM tinha articulado diretamente com a DGE para perceber o que poderia ser feito a médio prazo na escola.-----

Relativamente à pergunta sobre a situação do Vale de Santarém, a resposta foi dada pela coordenadora do NACI, já que ela própria e a colega Berill Banyai, estiveram presentes numa reunião, no passado dia 26 de fevereiro, convocada pelo diretor do Centro Regional da Segurança Social de Santarém. Informou a coordenadora do NACI que na reunião estiveram presentes o Presidente da Câmara Municipal de Santarém, representantes do Gabinete Secretária de Estado da Habitação, Presidente da Junta de Freguesia e técnicos do Centro de Emprego de Santarém. Segundo a sua explicação, existe uma decisão judicial que determina o final de março para a saída do terreno por parte das famílias. Comunicou ainda que na reunião foi solicitado ao ACM a indicação de um mediador para acompanhar a situação das famílias.-----



Depois de exposta esta informação pela coordenadora do NACI, tomou a palavra, novamente o conselheiro Almerindo Lima, informando que também está a acompanhar a situação, sendo que já estabeleceu contato com uma rapariga que vive no Vale de Santarém que lhe vai passando informações. O conselheiro transmitiu a ideia que a situação é diferente da Vidigueira, pois o terreno pertence a privados e que, por outro lado, existe disponibilidade da Câmara Municipal de Santarém em trabalhar com estas pessoas. -----

Expostas as ideias dos conselheiros, o Alto-comissário disse que o ACM acompanha imensas dinâmicas e que portanto encontrar soluções, não é fácil. Para o Alto-comissário é necessário restabelecer os níveis de confiança com as associações ciganas. Acrescentou ainda que a presença das associações ciganas nos censos, partiu de critérios que foram exatamente utilizados, por exemplo, para os afrodescendentes.-----

Em resposta ao conselheiro Eugénio Fonseca, relativamente ao caso da Vidigueira, o Alto-comissário transmitiu a ideia que realmente existe um ambiente local que não é de todo favorável à comunidade cigana que lá vive, mas que obviamente este tipo de comportamento não é tolerável, pois o direito destas pessoas que são portuguesas, não pode ser violado.-----

Tomando a palavra a conselheira Maria José Casa Nova, tentou perceber como se irá processar o comunicado junto dos conselheiros. Em resposta, o Alto-comissário disse que a ideia era fazer-se um comunicado curto e assertivo que circularia por todos os conselheiros, para que se quiserem acrescentar ou sugerir algo o possam fazer.-----

Tomando a palavra o conselheiro Luís Isidro referiu haver algo que o estava a incomodar. Nas suas palavras, o estilo “*low profile*” que o Alto-comissário tinha em contraste com o estilo mais assertivo que as associações ciganas propõem em casos que afetam as comunidades ciganas. O conselheiro disse ainda que fica perturbado quando autoridades locais têm atitudes que violam os direitos das pessoas e não percebe como é possível que as entidades que representam o Estado e que tem como função defender estas comunidades não fazem nada para que os problemas que estes vivem se tornem mais visíveis. Nas suas palavras, percebe que do ponto de vista da estratégia por vezes é necessário um estilo mais “*low*”, mas se os casos referidos na reunião se agravarem não vê alternativa a não ser as entidades decretarem uma estratégia mais assertiva. Em resposta ao comentário do conselheiro, o Alto-comissário começou por dizer que o comentário é bastante pertinente, mas que é preciso perceber que cada caso é um caso. Referiu o Alto-comissário que não é expectável que reaja da mesma forma perante a situação de Faro, que foi resultado de uma intempérie, como reagiu há cerca de 4 anos com uma situação que ocorreu na Vidigueira, em que o próprio ACM esteve nos jornais e outros organismos transnacionais. O Alto-comissário referiu que o impacto dessa



atuação tinha sido ao ponto do Presidente do município, passado 2 anos, o contactar e lhe apresentar a ideia de alojar as pessoas da comunidade cigana na malha urbana como medida de inclusão. Acrescentou o Alto-comissário que o caso de Faro é diferente, pois não poderia imaginar que um tornado ia destruir um acampamento que está no local há 30 anos, ou seja, na sua opinião, não podemos tratar casos diferentes da mesma forma. Na sua opinião, o mais importante em Faro era proteger as pessoas e tentar encontrar soluções com as entidades competentes, o que o ACM procurou diligenciar. Em resposta ao Alto-comissário, o conselheiro Almerindo Lima disse que as associações têm noção que as situações que estamos a debater são diferentes, mas que ainda assim julgam que o ACM/NACI não fizeram o que podiam. O conselheiro acrescentou que as associações não querem estar de “costas voltadas” e que sabe que são parte da solução. Por outro lado, tomando a palavra, o conselheiro Mário Wilson Serrano tentou perceber o que pensa o ACM da solução apresentada pela Câmara Municipal de Faro. Em resposta o Alto-comissário disse que brevemente irão ocorrer encontros de alto nível para se encontrar soluções e que o ACM tinha desenvolvido contatos durante esta semana para que ocorram encontros entre as entidades que têm competência para encontrar uma solução sustentável, tendo o ACM feito tudo o que estava ao seu alcance nesta situação.-----

Uma outra questão colocada ao Alto-comissário, neste caso pelo conselheiro Emanuel Pratas foi saber se relativamente ao caso de Faro não era possível acionar fundos europeus e se em caso afirmativo, o ACM podia acioná-los. O Alto-comissário disse não saber responder a essa questão reforçando, mais uma vez, que o que o ACM pode fazer é chamar as entidades competentes para que reúnam.-----

A conselheira do IHRU, Isabel Rodrigues, tomando da palavra frisou que ao nível da habitação as competências dependem num 1º plano das autarquias, portanto o apoio do IHRU passa muitas das vezes pelo financiamento a alguns municípios. -----

Para finalizar o primeiro ponto da ordem de trabalho o alto-comissário disse que a candidatura do ACM a uma CALL financiada pela Comissão Europeia foi aprovada. Este financiamento servirá para criar Planos Locais de Integração de Comunidades Ciganas. A ideia é apoiar 10 municípios que queiram integrar na sua política local a temática das comunidades ciganas.-----

Voltado a pedir a palavra, o conselheiro Luís Isidro, falou da iniciativa dos Contratos Locais de Segurança para tentar perceber de que maneira o ACM poderia participar ativamente nestes. O Alto-comissário respondeu ao conselheiro dizendo que o ACM encontra-se envolvido nestes contratos um pouco por todo o País, porém somente com imigrantes. Segundo o conselheiro Luis Isidro, são extremamente importantes estes contratos, pois combatem os estereótipos.-----



Já a conselheira Maria do Rosário Carneiro pediu a palavra para esclarecer uma questão relacionada com os planos locais. Para a conselheira, um dos critérios na elaboração dos planos deveria ser que nos planos locais houvessem ciganos, pois são estes que sabem o que se passa no dia-a-dia. Em resposta à conselheira Maria do Rosário Carneiro, a coordenadora do NACI disse que esse tinha sido um dos critérios quando se submeteu a candidatura, e que por isso vamos ter pessoas ciganas a desenhar os planos locais. Uma outra sugestão feita pela conselheira era de que as pessoas ciganas deveriam participar na definição dos objetivos, bem como do início ao fim do projeto.-----

Antes da passagem ainda à apresentação do CESIS, a conselheira do Ministério da Educação, Lina Varela, tomou a palavra e disse que a DGE está a preparar um guião para as escolas e que por isso, aproveitava a oportunidade para pedir contributos das entidades presentes no CONCIG. Esta referiu que o documento é simples e que enviaria mais informação por email.-----

Entrando no segundo ponto da ordem de trabalhos, o Alto-comissário pediu desculpa ao CESIS pelo atraso e passou a palavra à Doutora Ana Cardoso para que pudesse iniciar a sua apresentação.-----

A equipa do CESIS, constituídas pela Doutora Ana Cardoso e Doutora Heloisa Perista que informaram que a apresentação dava conta da revisão da ENICC tendo em contas as propostas que as entidades enviaram.-----

A representante do CESIS começou por dizer que uma primeira proposta seria a alteração do nome da ENICC: passando de “integração das comunidades ciganas” para “inclusão das comunidades ciganas”. Nas suas palavras, isto fará com que a ideia que se transmite é que o processo de inclusão das comunidades ciganas é um trabalho que deve ser conjunto, entre comunidades ciganas e toda a sociedade. -----

Passando ao modo como a reformulação da ENICC foi efetuada, Ana Cardoso informou que houve uma intensa formação de grupos de trabalho que abrangeram 5 regiões de Portugal, sendo realizadas 18 sessões, 3 em cada região e que no total foram abrangidos 54 concelhos, 158 entidades e 288 pessoas. Destas 288 pessoas, 9 eram mediadores/dinamizadores ciganos. Além disso, acrescentou, existiram entidades que realizaram, conforme solicitado, sessões sobre a reformulação da ENICC sem a presença do CESIS que contribuíram para o aumento da participação das comunidades ciganas. Ana Cardoso informou também que houve ainda reuniões com o CONCIG, com os Pontos focais para a Estratégia, com associações ciganas e também com os bolsiros OPRE.-----

Referiu ainda que, como a visão da Estratégia assenta sobretudo nos Direitos Humanos, esta reformulação tirou proveito daquilo que tem sido a estratégia Portugal Mais igual. Assim, acrescentou, os princípios orientadores da proposta de revisão foram:



Interculturalidade; Participação; Territorialização; Igualdade entre Homens e Mulheres e Articulação com outras estratégias, Planos e programas nacionais e europeus. Dentro destes princípios orientadores foram criados objetivos estratégicos que estão diretamente ligados com os contributos que as entidades propuseram. Por outro lado, acrescentou que os objetivos estratégicos elaborados tiveram em linha de conta aquilo que são os objetivos de desenvolvimento sustentável. -----

Nesta reformulação da ENICC, segundo a apresentação efetuada, mantêm-se dois tipos de eixos: o primeiro de natureza transversal e outro de natureza sectorial.-----

Segundo o CESIS, as medidas que se encontram nos eixos de natureza transversal e sectorial foram desenhados com base nos contributos de todas as entidades envolvidas, bem como medidas enviadas pelo gabinete da SECI.-----.

Exposta a apresentação da proposta de reformulação da estratégia, tomou a palavra o Alto-comissário que agradeceu a apresentação efetuada e perguntou se os conselheiros queriam deixar alguns comentários. Tomou assim então a palavra o conselheiro Luís Isidro que perguntou à representante do CESIS qual o número de medidas que a Comissão espera que a estratégia tenha. Em resposta ao conselheiro a representante do CESIS disse que não sabia responder à pergunta. Em resposta, o conselheiro acrescentou que fez a pergunta, pois para este a estratégia deveria ter menos medidas, e devemos saber a capacidade de as implementar antes de as plasmar. Este disse ainda que infelizmente não conseguiu reunir os contributos que desejava para as medidas que gostaria de propor.-----

Por outro lado, a conselheira Maria do Rosário Carneiro ficou com dúvidas em relação ao horizonte temporal desta nova estratégia. Esta questionou ainda o facto de a Justiça não ser um princípio orientador. Em resposta à conselheira, a representante do CESIS disse que tendo em contas as propostas que foram enviadas pela Justiça, o CESIS era da opinião que se encaixavam nos objetivos estratégicos.-----

Acrescentou ainda a conselheira Maria do Rosário Carneiro, que na sua opinião tudo o que tenha ver com a justiça é específico da temática e que existem imensos estereótipos na justiça em relação às comunidades ciganas que devem ser combatidos. O comentário da conselheira Maria do Rosário Carneiro foi elogiado pelo conselheiro Luís Isidro, que disse uma vez mais que os contributos da justiça realmente não tinham a ver com o acesso a justiça, bem como o combate de estereótipos. A representante do CESIS disse perceber a questão, mas informou que, se observarmos, questões como cidadania ou igualdade de género, são transversais à justiça. Além disso as associações e outras entidades deram mais ênfase à habitação, educação e saúde que são, para estes, questões mais relevantes. -----

